

---

## Para Além do Gênero Informativo: Uma Análise do Discurso Sobre o Sequestro do Ônibus 2520 nas Capas dos Jornais *Extra* e *O Dia*<sup>1</sup>

Daniel Nunes de Oliveira MALAFAIA<sup>2</sup>  
Soraya Venegas FERREIRA<sup>3</sup>  
Universidade Estácio de Sá, Niterói, RJ

### RESUMO

O presente artigo desenvolve um exercício de análise que se atém à produção discursiva sobre sequestro do ônibus 2520 – na Ponte Rio-Niterói, em 2019 – nas capas de periódicos cariocas de segmento popular, *Extra* e *O Dia*. A intenção é refletir sobre o papel dos interdiscursos, na construção do acontecimento jornalístico que circula no campo do jornalismo popular, levando em conta as especificidades das relações de sentido que o distingue dos demais segmentos da imprensa brasileira. A cobertura factual tradicionalmente classificada como informativa encontra nas primeiras páginas dos jornais possibilidades de hibridização em termos de gênero que merecem ser investigadas. Para entendê-las, tomamos como suporte teórico-metodológico a Análise de Discurso francesa, buscando a articulação de conceitos daí advindos, com as contribuições teóricas de autores referenciais para os estudos de jornalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gêneros do Jornalismo Impresso Popular; Acontecimento jornalístico; Hibridismo; Análise de discurso; Sequestro na Ponte Rio-Niterói.

### INTRODUÇÃO

Historicamente classificado como “sensacionalista”, “popular” ou “popularesco”, o jornalismo voltado às camadas populares se constitui por um hibridismo que se alimenta das necessidades de seu público, de um querer-saber irredutível aos limites da informação e do esclarecimento estipulados como funções primordiais da matriz racional-iluminista que serve de ideário para o jornalismo ocidental (AMARAL, 2006). Ao mesmo tempo em que esta constatação nos leva a endossar as características que dão forma à clássica divisão universal entre uma imprensa “séria”, que identifica um jornalismo burguês, e uma imprensa “sensacionalista”, que identifica um jornalismo popular (VERÓN, 1978), também nos alerta para a dificuldade de estabelecer tais fronteiras, permeáveis ao

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Gêneros Jornalísticos, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista graduado pela Universidade Estácio de Sá. E-mail: [danielmalafaia777@gmail.com](mailto:danielmalafaia777@gmail.com)

<sup>3</sup> Jornalista, Mestre e Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, com Pós-Doutorado em Teorias do Jornalismo pelo PPGCom-UFF, Coordenadora de Jornalismo do Campus Niterói da Universidade Estácio de Sá. Avaliadora de Cursos do MEC-INEP. Email: [sosovenegas@yahoo.com.br](mailto:sosovenegas@yahoo.com.br)

---

constante intercâmbio de gêneros e formatos em “tudo aquilo que brota em seu âmbito”, conforme nos aponta José Marques de Melo e Francisco de Assis (2016).

Entendendo por gêneros jornalísticos o sistema pelo qual os jornais codificam suas mensagens de acordo com as necessidades sociais de seus leitores (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016), partimos da “Classificação Marques de Melo” para identificar a co-presença de marcas do gênero informativo – dedicado ao relato de ocorrências da atualidade – e do gênero opinativo – dedicado aos posicionamentos assumidos diante das ocorrências – na produção discursiva do sequestro do ônibus 2520, incidente ocorrido na Ponte Rio-Niterói no Rio de Janeiro, em agosto de 2019, que atraiu atenção midiática nacional e internacional, mas que ganhou contornos específicos nas capas de dois dos principais jornais populares cariocas, *O Dia* e *Extra*, que compõem nosso *corpus*.

Embora não tenha havido feridos ou mortos entre os 39 passageiros que foram feitos reféns durante pouco mais de três horas no interior do coletivo, a liberação de todos só ocorreu após a morte do sequestrador, que, ao sair do ônibus, recebeu seis tiros, disparados por atiradores de elite do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE). Isso nos leva a classificar este acontecimento como uma “explosão”, o que, nos termos de Lorenzo Gomis (1991), engloba as notícias que envolvem a morte, e, assim, (a)testam a (ir)racionalidade do mundo empírico. Justamente por isso, conforme Adriano Duarte Rodrigues (1993), esses acontecimentos garantem notabilidade pública através da mídia, que, por sua vez, os investem de racionalidade. Deixam de serem meros “acidentes-limites”, efeitos sem causa, e são preenchidos com explicações, avaliações e prescrições – que segundo o autor, são próprias ao mundo simbólico, construído pelo trabalho de enunciação.

Nesse sentido, nossa problemática propõe pensar – através da descrição das dinâmicas observadas nas formulações discursivas operadas na construção das capas – se há implicação das exterioridades e anterioridades discursivas (PÊCHEUX, 1995) nesse processo de “racionalização”, que, em nosso caso, se expressa na configuração do acontecimento em ambos os jornais, demarcando seus pontos de encontro e desencontro no âmbito gênero informativo e do jornalismo popular (AMARAL, 2006). Sem ignorar as especificidades do jornalismo enquanto prática profissional de comunicação e gênero discursivo, nos apoiamos na tradição da Análise de Discurso (AD) – cujos autores podemos citar Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine e Jacqueline Authier-Revuz – e em estudos de autores que refletem sobre o discurso jornalístico (MOUILLAUD, 2002;

BENETTI, 2010), para a articulação do fértil conceito de acontecimento – que, em certos aspectos, transborda a noção de gênero informativo (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016) – com os conceitos de heterogeneidade e interdiscurso.

## O JORNALISMO E O ACONTECIMENTO

Estudiosa da relação entre acontecimento e jornalismo, relação a qual ela confere uma leitura fenomenológica em constante diálogo com as teorizações do sociólogo francês Louis Quéré, a pesquisadora brasileira Vera Veiga França (2012) assume, antes de qualquer problematização, que a prática jornalística só se constrói em torno dos acontecimentos da sociedade. Márcia Benetti (2010), que, assim como França, também disserta sobre a noção de acontecimento a partir de um olhar relacional, explica que o jornalismo não está “destacado” da sociedade, da exterioridade à qual ele se vale. Pelo contrário, segundo Benetti, o “tempo jornalístico é um tempo social, propositor de condutas tidas como adequadas ao presente” (BENETTI, 2010, p. 159), instituindo, assim, no campo social em que é agente, uma “ideia de contemporaneidade”.

Esse fenômeno é explicado pela autora com base na tese de que o homem necessita de determinados referenciais para se inscrever no tempo, e um desses referenciais, que se constitui como de interesse na sociedade, é o jornalismo, que, para Benetti, produz memórias e condutas ao projetar em seus produtos uma imagem do mundo e definir quais valores são contemporâneos a ele. No entanto, o caráter “acontecimental”, ou “evenemencial”, do jornalismo preconiza todo um complexo processo, cujas práticas não só dependem, mas estão intrincadas nas estruturas e processos sociais, que, por sua vez, são anteriores às materialidades discursivas manifestas nos produtos jornalísticos:

Os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está imbuído de valores que circulam nesta sociedade. Nesse caso, o jornalismo pode ser compreendido como acontecimento, pois através dele é possível avaliar o sistema de valores hegemônico naquela sociedade e naquele momento histórico. (BENETTI, 2010, p. 160).

Em suma, entre as razões que compõem sua argumentação sobre o jornalismo ser, por si só, um acontecimento, está o lugar privilegiado e, segundo a autora, “único”, que ocupa na organização e compreensão da vida cotidiana e na escrita de parte da história, a partir de seu estatuto de índice, referência, para o tempo presente que é construído e compartilhado socialmente.

O pesquisador espanhol Lorenzo Gomis (1991), ao versar sobre as “más notícias” ou “explosões” (tradução nossa) – que se referem às “destruições inesperadas e irreversíveis de vidas humanas” que, por isso, são “impressionantes e fáceis de perceber”, circulando rapidamente na sociedade –, nos dá um significativo exemplo quanto à função social do jornalismo em relação aos acontecimentos do mundo, como apontada por Benetti. Sendo mais raras de acontecer e, de acordo com Gomis, proeminentes, sobretudo para a imprensa popular, que lhes dá maior destaque por, supostamente, atenderem ao interesse de todos os tipos de leitores e suscitarem “comentários apaixonados” (GOMIS, 1991, p. 145), as explosões representam um alarme na sociedade, consequência de algo que ocorreu indevidamente.

Como parte da sociedade, o jornalismo também é mobilizado por essa sensação de alerta. Diante disso, além de informar o acontecimento, faria parte da função dos meios de comunicação explicá-lo e, por vezes, até interpretá-lo – elencando as causas, ou as possíveis causas, para sua irrupção e até fazendo conjecturas de como ele poderia ter acontecido de modo diferente –, e, assim, orientar o público leitor sobre como agir diante do ocorrido e, se for o caso, evitar novas irrupções semelhantes.

Para o pesquisador francês Maurice Mouillaud (2002), o jornal é um dentre tantos outros operadores simbólicos que produzem sentidos na sociedade; e está situado, aparentemente, “no fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam” (MOUILLAUD, 2002, p. 51). Quando, em suas palavras, os acontecimentos explodem na superfície da mídia, esta ressoa sobre eles os sentidos que nela estão inscritos, transformando-os em informações, dispostas em uma rede. Assim sendo, o acontecimento poderia ser considerado como matéria prima da informação, que, como já adiantamos brevemente na introdução, passa pela filtragem de um modelo de interpretação da experiência. Esta, para se tornar comunicável, é traduzida como uma sucessão de transformações de um estado a outro, dispostos sob a égide de uma regra universal de descrição, chamada por Mouillaud de paradigma factual ou, simplesmente, “fato”.

Dessa forma, ao passo que o “fato” é um padrão que codifica a experiência, neutralizando sua singularidade através do lide, por exemplo, que responde questões pertinentes ao fazer (quem; fez o que; onde; quando; como) – como uma tela que enquadra uma imagem –, o acontecimento, de acordo com o autor, “designa uma exigência da representação” (MOUILLAUD, 2002, p. 67) – como se fosse uma imagem enquadrada pela tela, que não tem suas dimensões comprometidas. Com uma lógica temporal pautada

na atualidade – um presente perpétuo –, o acontecimento trabalha, no jornal, em dois sentidos:

Nós o descrevemos, voltado para o futuro, coroação de uma diferença incessantemente reproduzida. Mas ele também trabalha de maneira recorrente; ele desperta e reoferece uma atualidade a acontecimentos passados dos quais reatualiza o paradigma. A notícia se inscreve como a reprodução de um modelo. O paradigma não é menos essencial que a diferença, já que ele é a condição de leitura do acontecimento (...). (MOUILLAUD, 2002, p. 74)

Segundo Mouillaud, o paradigma age como um arquivo, que se manifesta ora explícita, ora implicitamente. Por intermédio dele, os acontecimentos ganham forma – a forma da informação – e, conseqüentemente, sentido, de modo que, para elucidar, o autor compara os paradigmas aos *scripts*, que tornam as ações previamente identificáveis, o formato dos textos previamente escritos para o jornalista e “pré-legíveis” para o leitor.

O acontecimento, por sua vez, é entendido por ele como uma unidade cultural que pode variar de jornal para jornal, de segmento para segmento etc., distribuindo-se, tanto para os jornalistas quanto para os leitores, expectativas de acontecimentos, asserção que nos coloca perante um dos pontos que tocam nossa problemática: as particularidades do segmento popular da imprensa e, claro, das formações discursivas e imaginárias que identificam a informação nos jornais populares.

## **O JORNALISMO E SUAS RELAÇÕES DE SENTIDO**

Como é possível observar em Pêcheux (1995), o sentido do discurso é determinado pelas posições ocupadas pelos sujeitos nos processos sócio-históricos. Segundo ele, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 1995, p. 160), posições essas que, em uma dada conjuntura, conferem o caráter material do sentido, designadas pelo filósofo como Formações Ideológicas.

No interior desses arranjos, interpelados pelas posições que ocupam, os indivíduos se transformam em sujeitos-falantes, que enunciam de acordo com “o que pode e deve ser dito” – normas dispostas pelas chamadas Formações Discursivas (FD), que projetam na linguagem os lugares sociais do mundo objetivo. Dada a própria acepção de discurso defendida por Pêcheux (1997), que o compreende como efeitos de sentido produzidos entre sujeitos, nos processos discursivos, os lugares sociais não são simplesmente espelhados, mas representados no interior do discurso. São formações imaginárias nas

---

quais os interlocutores atribuem lugares “a si e ao outro”, em um processo de respostas a questionamentos implícitos que dizem respeito tanto a quem enuncia, quanto a quem se endereça o enunciado.

No âmbito do jornalismo, as representações imaginárias dos jornais e de seus leitores no ato de enunciação, são entendidas por Benetti (2010) como pressupostas à dimensão acontecimental do jornalismo. Trata-se de uma pré-concepção que o jornalista tem do leitor que consome seu produto, e que se expressa no texto, com base em alguns parâmetros, de forma implícita ou explícita; e que, no ato de leitura, quando o texto é posto em circulação na sociedade em forma de notícia ou reportagem, o leitor imaginado é defrontado com o leitor empírico, que pode se identificar ou não, em “diferentes graus de variação” (BENETTI, 2010, p. 150).

Aplicadas ao jornalismo popular, as formações imaginárias que arregimentam seus processos discursivos são dissertadas pela pesquisadora Márcia Franz Amaral (2006), que, antes de efetivamente descrevê-las, destaca o processo pela qual se originam, um processo necessário para todos os jornais, mas que para o jornalismo popular ganha um valor maior, em razão da chamada “ditadura do leitor”: as pesquisas mercadológicas. Elas não descrevem os hábitos e gostos do leitor com fidelidade, mas colaboram para traçar-lhe um perfil, que norteia a escolha das temáticas e da linguagem.

O leitor popular é projetado nas páginas como alguém que detém uma “visão doméstica do mundo” (AMARAL, 2006, p. 62), um mundo que ganha vida a partir do que é próximo de seu cotidiano, e principalmente a partir do que denuncia as injustiças que o afligem, como a violência e as precariedades cidadinas. Inspirado nas características das camadas mais pobres da população, o jornal inscreve em suas páginas um leitor vulnerável às tragédias da vida, dependente do assistencialismo, da polícia e do Estado; mas que trabalha e busca meios para subsistir. Um leitor com o qual o periódico estabelece uma conversa próxima, muitas vezes didática e com função educativa. Em outros momentos, essa proximidade é demonstrada em um discurso de características opinativas, que tenta ir ao encontro do que mostram as pesquisas mercadológicas sobre o perfil do leitor ou ainda busca seduzir o público para os valores defendidos pelo periódico.

Como podemos verificar em Marialva Barbosa e Ana Lúcia Enne (2005), o processo discursivo na imprensa popular, cuja prática é nomeada por elas de “jornalismo de sensações”, envolve não só a vida cotidiana, e o que de extraordinário a perturba, mas se constitui pela memória das sensações que envolvem, culturalmente, o público leitor.

Essas sensações são entendidas como primitivas, pois evocam um passado imemorial, de dramas, tragédias e outros tipos de acontecimentos. Se nos ancorarmos na AD, para tecer uma breve consideração sobre esta asserção, podemos constatar que as formações imaginárias enunciadas no interior da formação discursiva na qual o jornalismo popular produz suas formulações, são, atravessadas pelo já-sentido, ou, em concordância com Pêcheux (1997), pelo “já-dito” ou “já-ouvido”: o interdiscurso.

Pêcheux (1995) define interdiscurso como um “todo complexo dominante”, que corresponde a um discurso-outro que se manifesta no enunciado, independentemente de nossa vontade. Presume-se que “‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’” (PÊCHEUX, 1995, p. 162). Sobre a FD, que é dependente do interdiscurso, Jean-Jacques Courtine e Jean-Marie Marandin (2019) afirmam que ela é fechada, mas seu fechamento é instável. A FD não é homogênea, ou isolada em relação a outras FDs, mas, sim, se inscreve entre elas, configurando fronteiras. É, assim, heterogênea em relação a ela mesma, pois se define fundamentada no interdiscurso que a perpassa:

(...) o interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma FD é levada, em função das posições ideológicas que essa FD represente em uma conjuntura determinada, a incorporar elementos pré-construídos produzidos no seu exterior, para nela produzir a redefinição ou o retorno, para igualmente evocar seus próprios elementos, para organizar sua repetição, mas também para provocar nela o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação. (COURTINE e MARANDIN, 2019, pp. 39-40)

O fato de os discursos serem retomados pelo sujeito sob a ação dos interdiscursos, configurando os diversos fenômenos enunciativos acima expostos, não quer dizer que, necessariamente, o enunciado corresponda a uma reformulação literal do já-dito. O que há, segundo Courtine e Marandin, é o retorno do discurso em outro sujeito, em outro lugar e em outra época, o que, por si só, já faz do interdiscurso constituinte um “outro”. A presença do interdiscurso no processo discursivo, que tem o discurso como produto, o confere uma qualidade inerentemente heterogênea, que, de acordo com a linguista francesa Jacqueline Authier-Revuz (1990), se divide em duas ordens de realidade: a heterogeneidade constitutiva e a heterogeneidade mostrada.

A primeira refere-se ao não representável pelo sujeito, que é clivado entre a imagem de um “eu autônomo” e o Outro que, inconscientemente, o constitui; a segunda diz respeito a uma tentativa de demarcação do eu em relação ao outro, mediante uma negociação com a heterogeneidade constitutiva, que se mostra na construção de uma

representação da enunciação. Na heterogeneidade mostrada, que é uma encenação, as marcas linguísticas operam como distinções entre o que é interno e externo ao discurso, e asseguram uma identidade ao “eu”, que se coloca também como uma exterioridade, pois se pretende capaz de, a qualquer momento, se distanciar de seu discurso, tomando-o como objeto.

A autora comenta que há um conjunto infinito de expressões que “especificam os parâmetros, ângulos, pontos de vista, através dos quais um discurso põe explicitamente uma alteridade em relação a si próprio” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 30); “exteriores”, chamados por ela de pontos de heterogeneidade, que podem ser: outra língua; outro registro discursivo; outro discurso; outro sentido para uma palavra; outra palavra para um sentido; ou mesmo, um “outro”, um interlocutor a quem o locutor se dirige. Com efeito, identificar esses pontos significa, por um lado, analisá-los como marcas de distanciamento, estranhos à aparente “homogeneidade” do discurso; e, por outro, é constatar que uma “exterioridade” explicitada pelo sujeito, ou por ele dada a especificar, determina, automaticamente, um interior – logo, uma identidade.

Na enunciação jornalística, essa relação com a exterioridade na produção dos sentidos pode se dar em várias dimensões, desde o uso que o jornalista faz dos discursos das fontes, nas citações, até a inscrição de características discursivas pertencentes a outros gêneros, presente, em nosso caso, na interface entre opinião e informação. Conjugados ou não, segundo Marques de Melo e Assis, os gêneros “refletem aquilo que os cidadãos querem e precisam saber/conhecer/acompanhar, porque justamente nos gêneros esse público encontra respaldo para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania” (MARQUES DE MELO e ASSIS, 2016, 49-50).

Dadas as características e necessidades do leitor popular, apontadas do item anterior, a hibridização de gêneros entra como parte constitutiva das formulações discursivas do jornalismo popular, cujo público, de menor poder aquisitivo, precisa se sentir atraído pelo reconhecimento de seu mundo representado ou pelo impacto visual, para o consumo (AMARAL, 2006). Isso nos leva a atribuir, no âmbito do jornalismo popular, especial importância às primeiras páginas como espaço de hibridização de gêneros, visto que é através delas que o leitor é “fiscado” (CUNHA, 2007), uma vez que os jornais analisados não apoiam sua venda em regimes de assinatura, mas sim em distribuição em bancas de jornal.

---

## DO FATO AO ACONTECIMENTO: O SEQUESTRO DO ÔNIBUS 2520

Em função da problemática que nos instiga, que é a emergência do acontecimento no jornalismo popular e os sentidos que circulam em suas formações discursivas numa possível hibridização de gêneros; e tendo a primeira página do jornal impresso como ambiente privilegiado de análise, escolhemos uma ocorrência que atraiu a atenção de vários segmentos midiáticos, mas que ganhou contornos específicos na imprensa popular: o sequestro do ônibus 2520, linha da empresa Galo Branco que, em 20 de agosto de 2019, partia do bairro de Jardim Alcântara, município de São Gonçalo, em direção ao Estácio, no Rio de Janeiro. Seus passageiros foram feitos reféns ao longo de três horas, por Willian Augusto da Silva, de 20 anos, que anunciou o sequestro assim que o coletivo chegou à metade da Ponte Rio-Niterói. Segundo o que foi publicado nos jornais analisados, ele portava alguns instrumentos perigosos, como faca e elementos para confecção de explosivos, mas a arma de fogo que segurava era de brinquedo.

O “desfecho” se deu por volta das 9 horas da manhã, quando o sequestrador foi “abatido” – termo usual no vocabulário do então governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel – por *snipers* dos BOPE, que dispararam enquanto ele estava fora do ônibus. Nenhum refém ficou ferido ou foi morto, o que motivou a comemoração dos presentes e de Wilson Witzel, que desceu de helicóptero próximo ao local, e correu em direção aos agentes envolvidos na operação para parabenizá-los – além de se pronunciar aos veículos de mídia que faziam a cobertura *in loco*.

Em um levantamento que buscou mapear as manchetes que estamparam as primeiras páginas das edições dos jornais impressos cariocas do dia seguinte – incluindo o representante da chamada mídia de referência, que é *O Globo*, foi possível notar que, além do acontecimento ter sido focalizado por ângulos diversos, também foi encadeado a diferentes interdiscursos, que serviram para assimilar ou explicar o sequestro a partir de acontecimentos ou discursos anteriores e, de forma subliminar, deixar transparecer a opinião do veículo noticioso seja sobre o desfecho do sequestro, seja pela atitude do então governador.

Isso, inicialmente, nos colocou diante da fronteira discursiva que separa os dois eixos da imprensa, chamados por Amaral (2006) de “jornalismo de referência” e “jornalismo popular”. O primeiro destacou a repercussão da atitude do governador frente ao resultado da operação; o segundo voltou-se para o crime, seus impactos e desdobramentos. Como é de nosso interesse o jornalismo popular, longe de ser um

segmento engessado, mas atuante em uma formação discursiva sujeita à penetrabilidade de fluxos interdiscursivos, como qualquer outro segmento, definimos como nosso *corpus* as primeiras páginas do dia 21 de agosto de 2019, dos jornais *O Dia* – mais antigo periódico popular em atividade, fundado em 1951 – e *Extra* – fundado em 1998 pelas Organizações Globo, e concorrente direto do *O Dia*. A divergência entre os dois não engloba só as disputas mercadológicas, mas, historicamente, possuem propostas editoriais distintas, que sofreram deslocamentos, mas que ainda carregam traços de identidade, como poderemos ver nos enunciados inscritos nas páginas analisadas.

### **ENTRE INFORMAÇÃO E OPINIÃO: O SEQUESTRO ENQUANTO ACONTECIMENTO NO JORNALISMO POPULAR CARIOCA**

Com o espaço preenchido majoritariamente por imagens, articuladas com outros elementos não verbais – como o uso das cores –, a primeira página do *Extra* (FIGURA 1) é um sedutor objeto quanto à possibilidade de uma análise estrita e profundamente iconográfica, o que não seria inválido. As fotografias, por exemplo, são diagramadas em uma sequência que, se lida em sentido anti-horário, oferece uma totalidade narrativa. Há uma história composta de personagens, com funções determinadas pelo encadeamento de suas ações, que figuram um percurso de transformações que parte de um estado de tensão (o refém sob o domínio do sequestrador); sofre uma inflexão (o atirador em gesto de comemoração); e chega à conclusão (representada em dois polos: um positivo, com o governador demonstrando sua euforia resultante da ação policial; e um negativo, com o familiar de um refém consolando a mãe do sequestrador na delegacia). É possível notar nessa sequência de imagens, juntamente com as legendas que as descrevem, a operação do “fato”, no termo de Mouillaud (2002), como paradigma codificador, capaz de comunicar a experiência do sequestro enquanto acontecimento jornalístico.

Também com destaque às imagens, que tomam praticamente todo a mancha gráfica, a primeira página de *O Dia* (FIGURA 2) possui algumas diferenças em relação ao que é narrado no *Extra*. Enquanto o jornal *Extra* dedica cada uma das seis fotografias da manchete a um personagem ou “episódio” do acontecimento, *O Dia* se concentra em um único aspecto: a morte do sequestrador. Na base do retângulo de margem vermelha que enquadra a manchete, vemos a imagem do atirador de elite em posição de tiro. No topo, uma sequência de quatro *frames* acompanha os últimos momentos de atividade do

sequestrador, desde o “gesto obscuro em direção aos policiais”<sup>4</sup>, até os instantes em que cai baleado. Cortando ao meio o retângulo, uma tarja preta contém o título “Polícia investiga se sequestro de ônibus foi tramado pela internet” (grifo nosso).



Figura 1: Extra 21/08/2019



Figura 2: O Dia 21/08/2019

Podemos notar, tanto no enunciado do título quanto na sequência enunciativa do subtítulo, que o fato-sequestro é inscrito, com uma breve descrição dos momentos, mas fica em segundo plano, dando lugar privilegiado a outro acontecimento: a investigação. Os verbos de ação “investiga” e “vão”, ambos no presente do indicativo, mostram que *O Dia* não dá um ponto final, uma conclusão, ao sequestro, mas se vale da Polícia como protagonista de uma apuração que visa confirmar se existiria uma trama por trás do ocorrido, num outro lugar, no caso, em “fóruns da *Deep Web*”, que poderiam ser apontados como a origem do problema.

É interessante notar que, embora seja um termo advindo do inglês, a ausência de marcas linguísticas de distanciamento, como aspas ou itálico, nos dá a ver que o jornal projeta um leitor ciente do que se trata. Dessa forma, o “presente perpétuo” em relação ao sequestro não só é representado pelo tempo verbal dos enunciados principais – que abrem um futuro de descobertas a se materializar –, mas, também pela ausência de uma glosa que

<sup>4</sup> Trecho extraído da legenda.

---

explique o termo “*Deep Web*”, uma naturalização que opera um efeito de reconhecimento e integra o acontecimento em uma rede de memórias – diferente da observada no *Extra*.

Como atestado por Mouillard, podemos constatar no *Extra*, que a estrutura discursiva confere atualidade a acontecimentos passados, o que fica evidente com algumas marcas que acionam uma anterioridade, a memória do sequestro do ônibus 174, ato de violência que também ocorreu no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2000. O subtítulo<sup>5</sup>, a fotografia ao lado e a sequência enunciativa<sup>6</sup> que legenda a foto principal, fazem, conforme Mouillaud, um trabalho de doação de sentidos, que preenchem a ausência de elementos que ofereçam explicações sobre os “porquês” do sequestro na Ponte Rio-Niterói.

É através do título, porém, que o interdiscurso se manifesta, com uma formulação que retoma e atualiza conceitos sobre a relação entre sociedade e Estado. O título é formado por dois enunciados: acima, “O MESMO FILME”, e, abaixo, “UM NOVO FIM”. O primeiro, além de ser o único enunciado que remete implicitamente ao sequestro do ônibus 174, possui um fragmento relevante quanto à constelação de significantes que integram a formação discursiva daquele acontecimento: o léxico “FILME”. Sabe-se que o incidente, que ocorreu no bairro do Jardim Botânico, inspirou a produção de dois longas-metragens: o documentário *Ônibus 174*, dirigido por José Padilha em 2002; e a ficção *Última Parada 174*, dirigido por Bruno Barreto em 2008. Um dos temas centrais, que serviu de mote para debates em 2002 e que permanecem atuais, é a questão do despreparo da polícia, interpretado como causa da morte da refém Geísa Firmo Gonçalves e, posteriormente, do sequestrador, Sandro do Nascimento, já detido no carro da polícia.

A cor dourada – que se sobressai em relação a “O MESMO FILME”, em cor branca – o enunciado “UM NOVO FIM” funciona como um gesto de transformação desse sentimento em relação aos agentes do Estado, no caso a polícia, que no subtítulo o locutor avalia sua ação como “bem-sucedida”, pois evitou-se a repetição de uma “tragédia”, vista apenas como a morte de um refém, em um “MESMO” tipo de situação – adjetivação que torna sincrético o estatuto dos sequestradores, apagando suas diferenças –, resultando não apenas em um “outro” fim, mas em um “NOVO” fim – paráfrase que nos indica que o

---

<sup>5</sup> “O país acompanhou ontem o sequestro de um ônibus na Ponte Rio-Niterói, 19 anos após a tragédia do 174 (no detalhe). Desta vez, o criminoso foi morto em ação bem-sucedida da polícia, e os 39 reféns saíram ilesos.”

<sup>6</sup> “(...)Jovem perguntou aos passageiros se eles se lembravam do filme '174'”

---

locutor julga o resultado da operação como um fenômeno inédito e, com efeito, inesperado.

Em *O Dia*, a memória mobilizada é o massacre coletivo ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, localizada no município de Suzano, na região metropolitana de São Paulo, em 13 de março do mesmo ano, provocado por dois ex-alunos, que abriram fogo contra estudantes e funcionários, deixando sete mortos e 11 feridos. Com esta memória, é acionado um interdiscurso que desloca a atenção que era prestada ao sequestro em si, para outros *topoi* além do ônibus ou da urbe: a escola e a internet. O efeito de sentido de retorno a uma segurança até então inexistente no espaço urbano, pela ação policial “bem sucedida”, é substituído pelo medo de um perigo desterritorializado, provocado por sujeitos que, diferentes do sequestrador do 174, que havia sido menino de rua, têm acesso à escola, à internet e a outros “privilégios”. Dessa forma, a atitude de Willian Augusto da Silva fica isenta de justificação, o que é reforçado com o comentário, atribuído ao primo do sequestrador, “Graças a Deus quem está chorando é minha família. Poderiam estar chorando 39 famílias de trabalhadores.”, em destaque no balão vermelho, ao lado direito da foto do atirador,

Na primeira página de *O Dia*, a materialidade do encadeamento do sequestro no fio da memória que engloba esta categoria de sujeitos e de acontecimentos, como os atentados às escolas, só é identificável a partir de significantes como “Deep Web” e “balaclava de caveira”<sup>7</sup>. Contudo, como já indicava a estrutura sintática do título, o jornal abre o acontecimento tanto para o passado quanto para o futuro, o que se consuma com a manchete publicada na capa da edição do dia 22 de agosto de 2019: “Sequestrador de ônibus na Ponte pesquisou massacre de Suzano”.

No *Extra*, em sua primeira página, os enunciados transitam entre a descrição e a avaliação e apresentam poucas marcas de heterogeneidade mostrada, dentre as quais se faz significativo apontar, para reflexão sobre a posição do sujeito político nesta formação discursiva, a legenda da penúltima fotografia. Nela, Wilson Witzel, cuja atitude de comemorar foi alvo de críticas, tendo sido considerada controversa por figuras públicas e até por veículos jornalísticos, encontramos a legenda: “Witzel foi à Ponte Rio-Niterói de helicóptero e vibrou com o (1) *desfecho do caso*. (2) *Celebrei a vida*”, explica o governador.” (Grifo nosso). Apesar do fragmento (1) aparentar neutralidade do locutor-

---

<sup>7</sup> Fragmento retirado dos enunciados que legendam a sequência de fotos no topo da página, que destaca um aparato usado também pelos assassinos de Suzano.

jornalista frente à atitude do governador Wilson Witzel - pois, pela expressão “desfecho do caso”, pode-se pressupor tanto a integridade das vítimas quanto a morte do sequestrador - o fragmento (2) “responde” a esta ambiguidade com um enunciado citado, o que produz o que Mouillaud chama de “efeito de fato”, quando, colocando a citação em primeiro plano, ou “o jornal se apaga atrás do enunciado que cita”, ou “se apropria do mesmo” (MOUILLAUD, 2002, p.128). Considerando o contexto de polêmica em que foi enunciado, o jornal não só apresenta esta citação como resposta a uma ambiguidade semântica, mas, posicionando o discurso citado a frente da fonte, o investe de poder de verdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Autointitulados como jornais populares, destinados, conforme Amaral (2006), às classes C, D e E, *Extra* e *O Dia* se encontram no sentido de buscar vinculação com o público através do tom dramático assumido nas formulações discursivas, que revelam uma tendência compartilhada por outros segmentos da imprensa (BARBOSA e ENNE, 2005), mas, tradicionalmente, característica dos jornais populares: o fazer-sentir. Porém, os modos com que os jornais corroboram para este fim são sintomáticos quanto à heterogeneidade no discurso do jornalismo popular – por vezes interpretado a partir de categorias reducionistas, que o caracterizam apenas pelo excesso ou pela informalidade.

Enquanto o *Extra* evoca o emblemático caso do sequestro do ônibus 174, para tomá-lo como exemplo de um passado desastroso que contrasta com um presente “melhor”, *O Dia* engendra o fio do discurso em uma trama de acontecimentos passados, mas recentes, e notáveis pela recorrência, que são os atentados a escolas e suas ligações com a chamada *Deep Web* – atualizados a partir desta formulação. Nota-se, com isso, uma pluralidade de formas de fazer-sentir, que reiteram a importância dos interdiscursos na constituição das diferentes formações discursivas que oscilam entre os gêneros informativo e opinativo que arregimentam as práticas dos jornais populares em questão.

Ambos os jornais confluem para uma banalização da morte do sequestrador, que é evocada em paralelo a acontecimentos que integram contextos e formações discursivas que se distanciam no tempo e no espaço – outro fator importante observado, já que nos deixa pistas sobre a topologia das formações imaginárias que demarcam simbolicamente a posição do jornal em relação a um leitor imaginado, com necessidades informativas e dinâmicas afetivas. Em tom otimista, o *Extra* opta pela amenização do sentimento de

medo do terror urbano, com uma representação que põe em cena o triunfo da segurança sobre o crime.

*O Dia*, em contrapartida, reinstalou o sentimento de medo, com a hipótese de um perigo latente, originário da camada profunda da internet. Podemos, então, concluir que as páginas analisadas, apesar de ancoradas em um acontecimento atual, o que as conferem valor informativo, apresentam uma construção discursiva que toma uma dimensão opinativa a partir dos interdiscursos acionados pela alusão a fatos correlatos, citações de comentários de terceiros e, até, avaliações que partem da voz do próprio jornalista, em um caráter editorial.

## REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Campinas: Cadernos de estudos linguísticos**, 1990.
- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular. São Paulo: Contexto**, 2006.
- BARBOSA, Marialva; ENNE, Ana Lúcia. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. In.: **Revista ECO-Pós**, v. 8, n. 2, 2005.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In.: BENETTI, Marcia et al. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular**, p. 143-164, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso?. In: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas. Campinas: Editora da Unicamp**, 2019.
- CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. Capas na mídia impressa: a primeira impressão é a que fica. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2007.
- FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. In.: **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica. ISSN 1982-2553**, n. 24, 2012.
- GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós**, 1991.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, n. 1, p. 39-56, 2016.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell Porto (Orgs.). **O jornal da forma ao sentido. Universidade de Brasília**, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, v. 3, p. 61-161, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP**, 1995.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In.: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega**, p. 27-33, 1993.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular**, 2005.
- VERÓN, Eliseo. **Le Hibou. Communications, Editions du Seuil**. P. 60-124, 1978.